

Governo e empresários travam batalha pela votação do ICMS

A queda de braço em torno do ICMS

Com votação prevista para o dia 19, plano de elevação da alíquota do imposto mobiliza governo e segmentos empresariais



Governador Eduardo Leite anunciou os detalhes do projeto no último dia 16

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

Anunciada às vésperas do final do ano, a proposta do governador Eduardo Leite de elevar de 17% para 19,5% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, pegou de surpresa deputados aliados, empresários e a sociedade em geral. Como consequência, provocou reação rápida e organizada. Federações que representam os principais segmentos do setor produtivo no Estado (indústria, comércio, serviços e agronegócio) anunciaram de imediato sua contrariedade à medida, alegando que será prejudicial à economia gaúcha.

Além de compensar a redução abrupta no ICMS imposta em 2022, por decisão do governo Jair Bolsonaro e do Congresso, que derrubou as alíquotas dos blue chips (combustíveis, energia e comunicações), a medida também é apontada pelo Piratini como necessária para evitar perdas futuras a partir da reforma tributária que está em fase final de tramitação. Pela regra de transição (que ainda poderia ser modificada), o RS perderia arrecadação ao longo das próximas décadas se mantiver o ICMS no patamar atual.

Governo e empresários têm confrontado argumentos a respeito do tema e, nas próximas semanas, centrarão foco no convencimento dos deputados estaduais, que devem votar a proposta em plenário no dia 19 de dezembro.

Na última quarta-feira, a Federação de Entidades Empresariais (Federasul) divulgou na internet um placar parcial, no qual 30 deputados se manifestaram contra o aumento e os outros 25 não responderam. A margem seria suficiente para derrubar a iniciativa, mas nem a entidade e tampouco o governo consideram o placar definitivo.

Articulação

Cientes das dificuldades para conseguir os votos, Leite e secretários têm dedicado boa parte da agenda ao tema. Nos últimos dias, o governador recebeu jornalistas, conversou com presidentes de partidos e visitou pessoalmente as federações empresariais.

Por enquanto, o Piratini ainda não traçou um mapa do plenário e luta para emplacar a narrativa de que, embora a medida seja antipática, sua rejeição significará perder R\$ 4 bilhões ao ano nos próximos 25 anos, como consequência da reforma tributária.

Na quinta-feira, a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, ficou quatro horas em uma audiência pública na Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembleia tirando dúvidas dos parlamentares a respeito do quadro fiscal do Estado. Ela deve retornar na terça-feira para mais uma rodada de perguntas.

Na segunda-feira, Leite tem audiência com prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais na Famurs, instituição que representa as prefeituras. A expectativa é de que, no mesmo dia, a entidade declare apoio à majoração do imposto, visto que 25% do que é arrecadado com o ICMS fica com os municípios.

No último dia 16, quando apresentou os detalhes do texto que seria enviado à Assembleia, Leite afirmou que a medida é necessária para que o Estado não seja penalizado com a reforma e procurou demarcar diferença entre o movimento atual e as majorações de alíquotas de anos anteriores.

– O governo fez movimentos no passado de aumentos de alíquotas de forma isolada em relação a outros Estados. No presente, a situação é bastante distinta. Os movimentos em relação ao ICMS se dão em um movimento nacional – justificou.

As estratégias dos dois lados

NECESSIDADE DE MAIORIA SIMPLES FAVORECE O GOVERNO

Responsável pela articulação política, o chefe da Casa Civil, Artur Lemos, nega que estejam sendo negociadas indicações para a máquina estadual em troca do apoio ao projeto, mas tem alertado aliados que, com menos dinheiro em caixa, a capacidade de atender pedidos da base será reduzida.

– A política no RS não é rasa a ponto de ser um troca-troca. Mas é fato que, com mais recursos, o Estado terá mais capacidade de atender as demandas da sociedade, inclusive as que chegam por meio dos deputados – argumenta Lemos.

Líder do governo na Assembleia, o deputado Frederico Antunes (PP) minimiza o efeito o painel divulgado pela Federasul.

– Como as pessoas podem se posicionar contra ou a favor de algo que ainda exige muito debate? Nosso trabalho será proporcionar aos deputados a capacidade máxima

“

É fato que, com mais recursos, o Estado terá mais capacidade de atender as demandas da sociedade, inclusive as que chegam por meio dos deputados.

ARTUR LEMOS
Chefe da Casa Civil

de interpretação para que possam firmar sua convicção – argumenta o parlamentar. Para além do esforço de convencimento, um fator que joga a favor do governo na votação é a possibilidade

de aprovar o projeto com maioria simples de votos. Nesse caso, aliados que não quiserem abraçar o desgaste de votar a favor podem se ausentar da sessão, reduzindo o número de votos que o Piratini precisa conquistar para fazer o projeto passar.

ENTIDADES FAZEM PRESSÃO NAS REDES SOCIAIS E NO INTERIOR

Assim que se tornou pública a informação de que o governo iria propor o aumento de ICMS, as principais representações do empresariado gaúcho entraram em alerta. De imediato, lançaram notas contestando a iniciativa e convocaram reuniões para discutir os impactos da proposta.

Com maior capacidade de articulação na Assembleia, a Federasul promoveu uma reunião-almoço e planeja intensificar as pressões em todo o Estado. Além de lançar o painel com as promessas de votos, haverá ações de 190 filiadas nas bases dos parlamentares.

– Nossos diretores regionais irão para rádios e jornais locais, para mobilizar a opinião pública. Também vamos atuar junto a pré-candidatos a prefeito e vereador, que apoiam os deputados, além de usar muito as redes sociais. No dia 19, também teremos uma forte mobilização no plenário – elenca o presidente Rodrigo Sousa Costa.

Em movimento semelhante, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do RS (Fecomércio) articula ações de seus comitês sindicais filiados no Interior. Recentemente, a entidade cobriu o outdoor que fica em frente à sede, à beira da freeway, com uma faixa em protesto ao aumento de ICMS.

“

Os deputados estão muito preocupados e desconfortáveis com esse projeto. Queremos que continuem assim e percebam que não é possível aumentar impostos.

LUÍZ CARLOS BOHN
Presidente da Fecomércio-RS

– Estamos notando que os deputados estão muito preocupados e desconfortáveis com esse projeto. Queremos que continuem assim e percebam que não é possível aumentar impostos – diz o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

Líder do PL, Rodrigo Lorenzoni (PL) diz que um dos focos será chamar atenção para deputados que se ausentarem da votação.

– Vamos mostrar que o “não voto” é concordar com o aumento de impostos – salienta.

Maior partido de oposição, o PT também declarou voto contra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 14